



**PROGRAMA DE
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UNOCHAPECÓ
Triênio 2015 a 2017**

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	3 e 4
2 JUSTIFICATIVA	5 e 6
3 PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA AVALIAÇÃO	7
4 PRINCÍPIOS	8
5 OBJETIVOS	9
5.1 OBJETIVO GERAL	
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
6 METAS	10, 11 e 12
6.1 PLANO DE AÇÃO	
7 METODOLOGIA	13
7.1 SENSIBILIZAÇÃO.....	14
7.2 DIAGNÓSTICO	15
7.3 AUTOAVALIAÇÃO	15
7.4 DIMENSÕES	16
7.4.1 Institucional	16 e 17
7.4.2 Cursos	18 e 19
7.5 AVALIAÇÃO EXTERNA	20 e 21
8 CONSOLIDAÇÃO	22
8.1 RELATÓRIO	
8.2 DIVULGAÇÃO	
8.3 BALANÇO CRÍTICO	
9 FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....	23
10 ANEXOS	24

1. APRESENTAÇÃO

As políticas aplicadas às instituições de ensino superior no Brasil perpassam por um momento de profundas reflexões, que direcionam o entendimento sobre o que é ensinar com qualidade. A qualidade no ensino superior no Brasil, por sua vez, deixou de ser vislumbrada apenas pelos órgãos legais de avaliação e passou a ser entendida como um compromisso assumido pela instituição perante à sociedade em zelar pelo pacto de oferecer educação com qualidade percebida e, principalmente, transformadora, gerando progresso e desenvolvimento em sua região de abrangência. Para isso, foi preciso pressionar as IES para assumir esse caráter qualitativo e responsabilizar-se por tal.

Desse modo, foi instituído, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As características fundamentais dessa proposta são: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo; a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Com finalidade construtiva e formativa, o SINAES busca ser permanente e envolver toda a comunidade acadêmica, desenvolvendo a cultura de avaliação na IES. Em decorrência desse envolvimento da comunidade como sujeitos da avaliação, todos passam a ficar comprometidos com as transformações e mudanças em um patamar de qualidade.

Nesse sentido, reportamo-nos à história da **Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste)**, que, há 45 anos, iniciou suas atividades no município de Chapecó, pautando-se pela promoção de *“ações que contribuam com o desenvolvimento regional e a integração comunitária”*. A **Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)** é uma instituição de Educação Superior, mantida pela Fundação Universitária do Desenvolvimento Oeste (Fundeste) e, desde a sua constituição, tem atuado no desenvolvimento da educação superior e realizando parcerias no sentido de criar, estimular e difundir valores culturais e conhecimentos científicos voltados ao desenvolvimento regional, à integração comunitária e à formação cidadã.

Seguindo sua tradição comunitária e sendo sensível às demandas pelo processo de desenvolvimento regional, tem buscado, na medida de suas possibilidades, responder às necessidades da comunidade, relacionadas às suas diferentes áreas de atuação. Por esse princípio, muitos projetos de pesquisa, de extensão, parcerias e atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) vêm sendo desenvolvidos, com resultados positivos tanto para a sociedade, quanto para a própria universidade.

Cabe destacar que a CPA da Unochapecó é responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecendo às diretrizes mencionadas na Lei n. 10861. Os processos de avaliação conduzidos pela CPA subsidiam o credenciamento e reconhecimentos de nossa Unochapecó, bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação oferecidos.

Compreendemos, enquanto universidade comunitária, que é preciso diferenciar o entendimento sobre qualidade na perspectiva acadêmica, mercadológica e perante a compreensão da sociedade civil ou pelo governo. Entretanto, ressaltamos que a qualidade no produto final depende do processo, e por ele perpassa o ensino e a educação. É aqui que está a necessidade de avaliarmos para podermos: controlar, mensurar e medir. Por esse motivo, são necessários indicadores que norteiam esses processos de avaliação.

Nessa perspectiva, abordamos na Unochapecó o processo de avaliação institucional como um processo de **COMPREENSÃO** e de **AUTOCONHECIMENTO**, com atribuições de elaboração, implementação, aplicação e monitoramento do processo de autoavaliação institucional na IES, onde identificamos pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças e indicadores de qualidade das funções e da gestão de ensino e das atividades de apoio técnico e administrativo.

Entendemos, na Unochapecó, que a Autoavaliação Institucional visa melhorias contínuas nos processos acadêmicos, em sua amplitude. Nesse sentido, não deve ter caráter passageiro, mas, sim, configurar um ato reflexivo duradouro que se equalize às premissas da qualidade institucional estabelecidas principalmente por sua filosofia institucional e organizacional.

Os resultados obtidos por meio de um processo de avaliação são medidas concretas, um ponto de partida para as tomadas de decisões e correções dos processos institucionais, visando avanços e melhorias. Para que esse trabalho pudesse se tornar realidade, a Unochapecó instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão de natureza consultiva e suplementar da Administração Superior, o que impulsiona a UNOCHAPECÓ no sentido de dar ANDAMENTO e SENTIDO ao processo avaliativo INCITANDO todo este processo para que o mesmo torne-se parte imprescindível da cultura institucional da Unochapecó.

2. JUSTIFICATIVA

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

Nesta prerrogativa, a avaliação institucional da educação superior tem por finalidade a melhoria da qualidade da IES. Durante esse processo contínuo, todos os dados e informações coletados e avaliados deverão servir para direcionar as ações e tomadas de decisões da instituição, fundamentados na autoavaliação e avaliação externa. Silva (2001, p. 56)¹ aponta que “a auto-avaliação é realizada por pessoas envolvidas diretamente na execução do programa”. Nesse sentido, verifica-se com um engenho de autorreflexão e autoconhecimento da instituição em sua totalidade, pois terá como agentes os reais participantes do ambiente institucional, servindo de apoio para a adaptação e melhorias da instituição por meio do PPC - projeto político pedagógico e PDI - projeto desenvolvimento institucional.

A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. Identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez (10) dimensões previstas em lei, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões.

Compreendemos que implantar a avaliação institucional não é uma tarefa fácil e não depende apenas da instituição contemplar a autoavaliação em seu projeto, sendo uma decisão que deve partir do coletivo, com o objetivo de se tornar o processo com um todo parte da cultura organizacional do espaço institucional, no sentido amplo de diagnosticar e auxiliar a tomada de decisão. Para tanto, a autoavaliação institucional é um momento de reflexão que contribui para uma maior transparência da gestão educacional perante à sociedade, permitindo a IES demonstrar o cumprimento de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e a coerência dos seus objetivos em relação às necessidades sociais.

A Unochapecó vem cumprindo o desafio de uma avaliação institucional com finalidades construtiva e formativa, tornando o processo de autoavaliação institucional permanente, de modo a sensibilizar e envolver continuamente os integrantes da comunidade acadêmica nas discussões e análises, fomentando a cultura da avaliação participativa. Entende-se que nossa CPA possui como prioridade a avaliação e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, no intuito de manter um aprimoramento permanente da gestão educacional através do planejamento de ações concisas, o qual está estruturado por um conjunto de instrumentos que possibilitam a análise da organização didático-pedagógica, do corpo docente e da infraestrutura desta IES.

¹ SILVA. M.O. (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

A avaliação institucional deve ser compreendida como uma construção coletiva, onde todos os agentes da instituição participam da sua elaboração, aplicação e diagnóstico deve estar centrada nos fins, objetivos e princípios da instituição atendendo sua globalidade e totalidade, pois apenas assim ela será caracterizada como estratégia para a busca da qualidade institucional.

Com essa preocupação, a Unochapecó estabelece uma política para avaliação embasada nas seguintes ações de diretrizes:

- Adotar compromisso ético e formal, indicando melhorias contínuas na excelência do desempenho da instituição e do estudante,
- Reconhecer as potencialidades e fragilidades institucionais no intuito de pertinência à realidade social,
- Garantir o processo de avaliação e desempenho institucional,
- Manter a consonância para com as premissas institucionais (missão, visão e valores) em busca da qualidade no ensino, pesquisa e extensão,
- Difusão e articulação entre segmentos institucionais no processo avaliativo interno e externo,
- Promover uma metodologia participativa e efetiva de resultados com a participação da comunidade interna e externa, visando o exercício da cidadania,
- Incentivar a participação da Instituição em ações na comunidade,
- Qualificar a gestão administrativa e pedagógica institucional.

3. PRESSUPOSTOS BÁSICOS DA AVALIAÇÃO

A CPA-UNOCHAPECÓ estabeleceu pressupostos fundamentais para garantir que os processos de avaliação permaneçam em seu ciclo contínuo de discussão e reflexão:

- **Desenvolver a cultura de avaliação:**

Para que a cultura de avaliação se torne um instrumento de qualidade contínua, é necessário que haja a participação de todos os envolvidos nesse processo: docentes, discentes, técnicos e gestores (uma ação participativa e colaborativa). Nessa ação, os envolvidos precisam ter a postura participativa crítica, não apenas no cumprimento de uma entrevista e ou questionário. Nesse sentido, a conscientização da importância do papel da avaliação revelará resultados satisfatórios dos processos de autoavaliação. A avaliação não deve ser imposta e nem punitiva, assim a ética do processo e a segurança do propósito da avaliação deverão levar todos a confiarem e a desejarem que ela faça parte do seu dia-a-dia. O caráter ameaçador e punitivo da avaliação deve ser reduzido ao mínimo, de tal maneira que todos confiem no propósito de ajudar a promover a melhoria da qualidade de ensino. Deverá ser exercitado por todos os membros da instituição, o melhor sentimento de justiça, evitando punições descabidas ou com consequências danosas à moral das pessoas. Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da interrelação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

- **O grupo gestor deve ser comprometido com os processos de avaliação institucional:**

O apoio dos dirigentes da instituição é fundamental e essencial neste processo. O comprometimento com os dados obtidos e os resultados desejados deve ser um compromisso, para que a execução do processo de avaliação seja realizada em todas as instâncias, obtendo confiança e reconhecimento de todos.

- **Comprovação de capacitação / qualidade do quadro de membros da CPA:**

A Comissão Própria de Avaliação deve ser composta por membros de comprovada idoneidade ética e envolvimento institucional.

- **A efetiva utilização dos resultados obtidos:**

É fundamental que os resultados obtidos por meio dos processos avaliativos sejam vetores dos processos de melhorias contínuas nos cursos em suas instâncias de organização pedagógica, corpo docente e infraestrutura.

4. PRINCÍPIOS

Para que o programam de avaliação insticional obtenha resultados em vista aos processos de melhorias contínuas, é necessário um direcionamento dos princípios que fundamentam a garantia da qualidade no eixo ensino, pesquisa e extensão institucional. A CPA da Unochapecó fundamenta suas ações nos seguintes princípios:

- **AUTONOMIA** em relação aos órgãos de gestão acadêmica;
- **PERIODICIDADE** A avaliação deve ser feita em períodos pré-determinados;
- **RESPEITO** à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
- **PRIMOR** com a Identidade Institucional, deve-se procurar contemplar e respeitar as características da identidade, missão, visão e valores institucional.
- **COMPROMISSO** com a melhoria da qualidade da educação;
- **FIDELIDADE** das informações coletadas nos processos avaliativos;
- **IMPARCIALIDADE** das informações coletadas nos processos avaliativos;
- **VALORIZAÇÃO** dos sujeitos e dos órgãos constituintes da Unochapecó;
- **RESPONSABILIDADE** com a difusão de valores éticos, de liberdade, igualdade, pluralidade cultural e, sobretudo, de cidadania;
- **ZELAR** pela qualidade dos serviços prestados pela Unochapecó, bem como dos seus fluxos e processos de desenvolvimento, a luz do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos ordenamentos institucionais e da legislação vigente;
- **FOMENTAR** a cultura de avaliação institucional na Unochapecó.
- **OBJETIVIDADE** nos processos para executar o projeto de avaliação institucional

5. OBJETIVOS

a. OBJETIVO GERAL

A Avaliação Institucional na Unochapecó tem como objetivo subsidiar e orientar a gestão institucional em sua dimensão política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho e à melhoria permanente da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas.

b. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Destacam-se como objetivos específicos da Avaliação Institucional na Unochapecó:

- Cumprir e atender a legislação vigente do SINAES aplicado aos processos de avaliação institucional na educação superior;
- Cultivar o sistema integrado e permanente de avaliação institucional na Unochapecó.
- Apresentar subsídios à comunidade acadêmica para o planejamento e a tomada de decisões, no processo de melhoria da qualidade do desempenho institucional sob a ótica das dez dimensões do SINAES;
- Estimular a reflexão sobre a estrutura administrativa e decisória, identificando o clima e a cultura organizacional da Unochapecó, apresentando dados para a sua melhoria;
- Apresentar à comunidade acadêmica e à sociedade externa os resultados alcançados pelo processo avaliativo;
- Incentivar uma consciência e cultura universitária em relação à avaliação institucional na Unochapecó,
- Colaborar para uma reflexão e aperfeiçoamento das políticas acadêmicas e a adoção de prerrogativas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e projetos pedagógicos dos cursos.

6. METAS

No Programa de Avaliação Institucional da Unochapecó adota-se metas a serem atingidas durante o estudo crítico desse processo sobre suas diversas dimensões, resultando em informações que reflitam a percepção de si mesma, são elas:

- Realizar e promover a coleta, organização, análise de informações, elaboração de relatórios e análises das atividades referentes à avaliação de cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais. Dimensionando os pontos fortes e fracos, com o intuito de (re)dimensionar e (re)orientar a gestão acadêmica e administrativa;
- Colaborar com a definição e acompanhar os indicadores acadêmicos e administrativos, com objetivo a dar suporte para melhorar as realizações institucionais.
- Comunicar e Divulgar os resultados da Avaliação Institucional por diferentes meios: digitais e impressos;
- Fomentar espaços para que haja incentivo sobre a discussão dos processos de avaliação institucional, viabilizando informações para que o processo avaliativo se desenvolva e se torne cada vez mais consolidado;
- Desenvolver um relatório apresentando todas as dimensões propostas pelo SINAES e avaliadas pela CPA ao final de cada ano, relatório parcial e, ao final do triênio, o relatório integral da autoavaliação;
- Indicar novos rumos para as ações na Unochapecó a partir dos resultados das avaliações interna e externa, em consonância com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Acompanhar as ações e políticas do SINAES, bem como apresentar as informações quando solicitadas ao órgão federal competente.

6.1 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação também visa ações com o objetivo de fortalecer ainda mais os pontos fortes do processo de autoavaliação institucional no sentido de principalmente aproveitar as oportunidades de melhorar as atividades consideradas realizadas, importantes à vida acadêmica. A seguir o modelo sugerido:

Quadro 01: Plano de ação Anual CPA UNOCHAPECÓ.

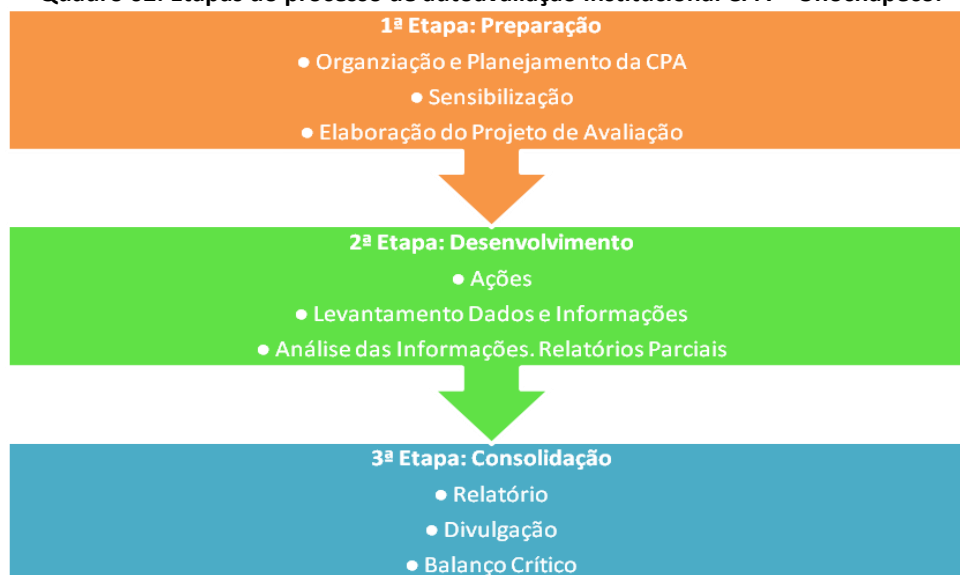
METAS	AÇÕES	METODOLOGIAS
Manter a equipe da CPA com diálogo permanente	Realizar reuniões quinzenais e ou de acordo com a demanda: semanais	Reuniões de leitura e análise de dados
Reavaliar o Relatório de Autoavaliação 2015	Organização de dados de relatório (parcial) Avaliar as informações	Revisão textual Revisão de conteúdo Direcionamento de dados
Apresentação Propostas de Cronograma e Proposta de Relatório para Reitoria e Diretorias	Montar as comissões por dimensão / eixo	Reuniões de leitura e análise de dados

Processo de sensibilização	Realização de reuniões com diretores de área, coordenadores de curso e representantes de turma (NDE'S e Colegiados apresentando a importância da efetiva participação de todos no processo de avaliação.	Reuniões de leitura e análise das propostas do plano de ação anual da CPA.
Aplicar Novos Instrumentos de coleta Quanti e Qualitativa	Realizar e aplicar instrumentos de avaliação para cursos de extensão, graduação e pós-graduação bem como análise do Enade por desempenho de curso.	Relatório de Avaliação de curso por Coordenadores, Enquete de Pós-graduação Latu e Stricto sensu, enquete de extensão e Roteiro de Análise do Enade.
Trabalho de comissões	Elaborar textos e análise de dados coletados	Reuniões de leitura e análise de dados
Tabulação e Análise dos dados quantitativos	Resposta de devolutivas por área mediante apresentados de dados das enquetes	Reuniões de leitura e análise de dados
Coleta de dados qualitativos: Recebimento de avaliação das enquetes por área	Receber as devolutivas por área mediante apresentados de dados das enquetes	Reunião para a apresentação de AÇÃO DE MELHORIAS : cada curso por área: ACSA / ACEA / ACS e ACHJ.
Análise dos dados e discussão em grupo focal com reitores e diretores de área	Avaliar e indicar propostas de melhorias para cada dado apresentado	Reuniões de leitura e análise de dados
Elaboração do relatório	Organização dos dados coletados	Elaboração textual: análise e síntese.
Revisão de dados	Todo o relatório: revisão e atualização de dados.	Leitura minuciosa de cada texto.
Organizar todos os relatórios da CPA	Realizar a impressão de todos os relatórios da CPA em Organizar as informações de modo prático	Atas, normativas, cronogramas material de reuniões Enquetes Previa de relatório
Inserção do Relatório Autoavaliação 2016 no E-mec.	-	-
Atualização dos dados nos meios de comunicação da CPA para com comunidade acadêmica	Realizar a postagem dos dados coletados nas avaliações de modo a serem	Atualização dos dados no site institucional e elaboração de informativos mensais das ações da CPA à comunidade acadêmica e sociedade civil.
Realização SIMPÓSIO ANUAL CPA com a apresentação dos processos avaliativos à comunidade acadêmica e externa sociedade civil	Preparar os dados para apresentação; Foco em apontamentos das melhorias institucionais Apresentação dos principais dados do relatório.	Todos os segmentos da Instituição estarão envolvidos numa apresentação interna/externa. Sendo que as ações oriundas dos resultados do processo avaliativo serão disponibilizadas aos atores envolvidos no processo.

Fonte CPA UNOCHAPECÓ, 2016.

Esse plano de ação visará contribuir para o fluxo dos processos da CPA, organizados em etapas sistematizadas e planejada em vista à elaborar o Instrumento de Avaliação para garantir arcabouço combustancial de aspectos que precisam e indicam melhorias institucionais.

Quadro 02: Etapas do processo de autoavaliação Institucional CPA – Unochapecó.



Fonte CPA UNOCHAPECÓ, 2016.

As etapas do trabalho anual da CPA-Unochapecó podem ser visualizadas em três etapas fundamentais: preparação, desenvolvimento e consolidação como pode ser melhor visualizado no quadro 02.

7. METODOLOGIA

A utilização de instrumentos de avaliação nas ações e processos da instituição, bem como seus resultados com a participação de toda a comunidade envolvida, contribui para identificar fragilidades e corrigi-las, para dar continuidade ao desenvolvimento e à consolidação da Avaliação Institucional permanente e à socialização das informações com a comunidade interna e externa.

A metodologia é baseada nos princípios das avaliações envolvidas com os atores sociais pertencentes à instituição, levando em consideração, também, sua infraestrutura. O papel da autoavaliação é preparar a intervenção, organizando os processos participativos, elaborando os diagnósticos participativos com questionários, base de dados e análise do ambiente. Há, então, avaliações internas e externas - com abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem *qualitativa* busca compreender o ponto de vista dos envolvidos quanto às características de um programa e seus resultados. Já a abordagem *quantitativa* parte de parâmetros pré-estabelecidos, que possam ser traduzidos em termos numéricos; nela a quantificação é enfatizada como fator de discussão do objeto em avaliação. Contudo, “estas duas abordagens não têm que ser mutuamente excludentes e a verdade é que a maioria das avaliações pode se beneficiar da incorporação de ambas as perspectivas no plano de avaliação” (Dey, E. L.; Fenty, J. M. *Apud* Patton, 1997). Nesse sentido, sendo um instrumento (tecnologia social) de articulação e interação para o desenvolvimento e gestão do conhecimento que poderá contribuir para o desenvolvimento social e qualidade acadêmica.

Diante das rápidas transformações sociais, tecnológicas e comportamentais, este projeto pretende, através da busca da qualidade interna, obter a legitimação externa, com a satisfação de sua clientela e do crivo social. Portanto, em termos metodológicos, não se pode perder de vista a especificidade das características internas, nem tampouco deixar de lado padrões externos que permitam a comparabilidade. A CPA da IES adota uma perspectiva quali-quantitativa, optando pela combinação de métodos e técnicas que mais se coadunam com as características da instituição, utilizando-se de uma avaliação diagnóstica formativa que abrangendo todas as dimensões do SINAES.

No Triênio de 2015 a 2017, a Comissão própria de avaliação da Unochapecó, pretende ampliar e adequar os seus instrumentos de avaliação interna qualificando os instrumentos de coleta de dados, bem como, suas devolutivas de avaliação nesse sentido serão implementados os seguintes instrumentos:

- Relatório de Avaliação de curso por Coordenadores;
- Enquete de Pós-graduação *Latu e Stricto sensu*;
- Enquete de Extensão;
- Roteiro de Análise do Enade por Desempenho de Curso.

No que tange a avaliação interna de cursos prospectando as melhorias contínuas pautadas pela apresentação das enquetes de Avaliação de Curso e Ensino Aprendizagem a CPA elaborou uma proposta/plano que deverá ser discutido, avaliado e conceituado pelos respectivos NDE's de cada curso da instituição e ser previamente apresentado ao final de cada ano para a Comissão Própria de Avaliação. Este instrumento qualitativo visa conhecer as peculiaridades, especificidades dos cursos de graduação para esquadrihar as Ações de

melhorias do Curso sobre os dados Quantitativos Apresentados (2015 – 2017). Por sua vez a CPA com os dados apresentados deverá compartilhar as informações junto aos gestores acadêmicos. No quadro abaixo são 6 aspectos a serem aferidos, o plano de ação de melhorias pode ser visualizado no quadro 3:

Quadro 03: Plano de Ação de Melhorias por Curso - Unochapecó.

ÍNDICE / DADO AVALIADO	DIAGNÓSTICO DAS FRAGILIDADES E OPORTUNIDADES (NDE + Colegiado)	REGISTRO DE ATA EM COLEGIADO e NDE	PROPOSTAS DE AÇÕES	MELHORIAS RESULTADOS APRESENTADOS AOS ESDTUDANTES E CORPO DOCENTE	METAS VS ENADE
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

Fonte CPA UNOCHAPECÓ, 2016.

Neste quadro entende-se que:

- 1- **Índice ou Dado Avaliado:** o dado que o curso entende como algo a ser melhorado.
- 2- **Diagnóstico e Fragilidades:** compreender este dado indicando suas vulnerabilidades.
- 3- **Registro de ata em colegiado e NDE:** apresentar a ata de discussão no NDE sobre os dados avaliados.
- 4- **Propostas de ações:** indicar que ação será realizada para reverter o dado que apresenta fragilidade.
- 5- **Melhorias e resultados:** se a ação já foi colocada em prática mensurando os resultados obtidos.
- 6- **Metas sobre desempenho do ENADE:** analisar como o curso pode integrara estas ações planejadas visando melhorar o desempenho dos estudantes do ENADE.

7.1 SENSIBILIZAÇÃO

Conscientizar a comunidade acadêmica e civil da importância da autoavaliação como um processo de melhorias está de acordo com a visão da instituição, de “ser referência como universidade comunitária reconhecida pela produção científica, qualidade acadêmica, gestão democrática e atuação na sociedade”, e a opinião de quem participa desses processos é o que nos propiciará o melhor caminho a seguir.

Nesse intuito, buscaram-se através de campanhas publicitárias, com folders, banners online, cartazes, panfletos e todos os amparos publicitários, o engajamento da comunidade, para que, com a participação de todos nas enquetes, possamos construir e sensibilizar a autoavaliação. Para isso, comunicamos os percentuais de participação curso a curso, buscando atingir metas estatísticas de efetiva participação e repassando os resultados obtidos sendo esses apresentados aos gestores e para cada NDE (Núcleo Docente Estruturante) e colegiados de curso, bem como solicitando um PLANO DE AÇÃO DE MELHORIAS para esses, sobre os dados apresentados fortalecendo com isso uma atuação prática e efetiva de todo.

7.2 DIAGNÓSTICO

O objetivo do diagnóstico é, a partir dos indicadores pré-estabelecidos e questionários quali-quantitativos, reunir as informações necessárias para descrever e avaliar a realidade institucional no período vigente, trazendo subsídios para identificar e analisara as informações levantadas, demonstrando suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

7.3 AUTOAVALIAÇÃO

A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição. Essa fase intitula-se interna por compreender ações desenvolvidas por agentes internos à própria Instituição, portanto uma fase de autocrítica, com desdobramentos necessários que tal exercício avaliativo pode proporcionar.

O desenvolvimento da autoavaliação deverá compreender:

- (a) realização de reuniões de estudos e de trabalho ou debates de sensibilização;
- (b) sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- (c) realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
- (d) definição da composição dos grupos de trabalho, atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão etc.);
- (e) construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- (f) definição dos indicadores acadêmicos;
- (g) definição da metodologia de análise e de interpretação dos dados;
- (h) definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- (i) realização da avaliação quantitativa
- (j) definição de formato de relatório de autoavaliação; definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- (k) devolução de enquetes aos cursos;
- (l) recebimento das devolutivas da avaliação por área;
- (m) realização da avaliação qualitativa;
- (n) organização das informações para a elaboração do relatório de autoavaliação;

- (o) elaboração de relatórios; e
- (p) divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e externa.

7.4 DIMENSÕES

As dimensões a serem analisadas no processo de autoavaliação no âmbito institucional foram definidas pela Lei nº 10.861/04, artigo 3º. Com relação a avaliação dos cursos serão avaliados as três dimensões estabelecidas nos instrumentos de avaliação (MEC) que direciona os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Baseado nas *Orientações Gerais para a Autoavaliação* desenvolvido pelo CONAES/INEP (2004), as dimensões no âmbito institucional estão organizadas a seguir:

7.4.1 Institucional

Dimensão 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

- Finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais.
- Concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
- Características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida.
- Articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Dimensão 02 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

- Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais.
- Políticas institucionais para cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.
- Políticas institucionais para cursos de pós-graduação (*lato sensu*), na modalidade presencial, e suas formas de operacionalização.
- Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização, com ênfase à formação inicial e continuada e à relevância social.
- Políticas institucionais aplicadas à pesquisa

A. CURSOS

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.

- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

B. PESQUISA

- Práticas de pesquisa, considerando as políticas institucionais,
- Projetos desenvolvidos de pesquisa e sua abrangência: editais etc.

C. EXTENSÃO

- Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

D. PÓS-GRADUAÇÃO (*lato sensu*)

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *lato sensu*.
- Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.
- Integração entre graduação e pós-graduação
- Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Dimensão 3 Responsabilidade Social:

- Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.
- Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação inclusiva e de acessibilidade.

Dimensão 4 Comunicação com a Sociedade

- Os canais de informação e comunicação internos, detalhando os mecanismos existentes para garantir que a informação favoreça a articulação entre as distintas áreas da instituição e a sociedade.
- Os canais de informação e comunicação externos, comentando a imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.
- O funcionamento da ouvidoria, analisando os efeitos de sua atuação no cotidiano da instituição.

Dimensão 05 – Políticas de Pessoal

- Planos de Carreira com critérios claros de admissão e de progressão.
- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e técnico-administrativos.

- Integração entre os membros da Instituição.
- Formação do corpo docente.
- Condições institucionais para os docentes e o corpo técnico-administrativo.

Dimensão 06 – Organização e Gestão Institucional

- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

Dimensão 7 – Infra estrutura:

- Adequação da infraestrutura da Instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infra estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras – EAD / UNO PLUS.

Dimensão 8: Planejamento e avaliação institucional

- Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

Dimensão 09 – Políticas de Atendimento ao Estudante

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.
- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados acadêmicos (ingressantes, evasão/abandono, conclusão de curso, relação professor/aluno).
- Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, de pesquisa e de extensão.

7.4.2 Cursos

Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica

- Contexto educacional
- Políticas institucionais no âmbito do curso

- Objetivos do curso
- Perfil profissional do egresso
- Estrutura curricular
- Conteúdos curriculares
- Metodologia
- Estágio curricular supervisionado
- Atividades complementares
- Trabalho de conclusão de curso
- Apoio ao discente
- Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
- Tecnologias de informação e comunicação – TIC - no processo ensino-aprendizagem
- Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
- Número de vagas
- Integração com as redes públicas de ensino (*Licenciaturas*)

Dimensão 2: Corpo Docente

- Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
- Atuação do coordenador
- Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador
- Regime de trabalho do coordenador do curso
- Titulação do corpo docente do curso
- Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores
- Regime de trabalho do corpo docente do curso
- Experiência profissional do corpo docente
- Experiência no exercício da docência na educação básica (*Licenciaturas e CST*)
- Experiência de magistério superior do corpo docente
- Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
- Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Dimensão 3: Infraestrutura

- Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI
- Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos
- Sala de professores
- Salas de aula
- Acesso dos alunos a equipamentos de informática
- Bibliografia básica
- Bibliografia complementar
- Periódicos especializados
- Laboratórios didáticos especializados: quantidade
- Laboratórios didáticos especializados: qualidade
- Laboratórios didáticos especializados: serviços

Requisitos Legais e Normativos

- Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana
- Titulação do corpo docente
- Núcleo Docente Estruturante (NDE)
- Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia
- Carga horária mínima, em horas
- Tempo de integralização
- Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida
- Disciplina obrigatória/optativa de Libras
- Informações Acadêmicas
- Políticas de educação ambiental

7.5 AVALIAÇÃO EXTERNA

No processo de avaliação institucional, a Avaliação Externa é essencial. Ao recebermos comissões de especialistas, por meio de comissões externas, passamos por um processo de reconhecer nossos potenciais, bem como fragilidades desenvolvidas na Unochapecó, o que contribui eminentemente para regulamentar nossas políticas institucionais. O processo de avaliação externa corresponde a análises documentais, visitas *in loco*, diálogo com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade local ou regional. Essas comissões ajudam a identificar pontos fortes e fracos da avaliação interna, sinalizando potencialidades e debilidades institucionais, apresentando críticas e sugestões de melhoria ou, mesmo, de providências a serem tomadas - seja pela própria instituição, seja pelos órgãos competentes do MEC.

Em 2015, a Unochapecó protocolou pedido de credenciamento junto ao Sistema Federal de Ensino, a partir desse ano, as avaliações dos cursos de graduação passaram a ser realizadas pelo E-MEC. No que tange ao processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, a universidade investe em conscientização junto aos docentes e estudantes, possuindo um setor especializado para acompanhar as visitas avaliativas.

Em abril de 2016, protocolamos junto ao sistema E-Mec o processo de credenciamento institucional, bem como 44 processos de Renovação de Reconhecimento de cursos. Considerando todo esse processo de migração, foi criado na IES o Núcleo Permanente de Avaliação e Regulação (NAR), o qual tem como atribuições: identificar problemas pedagógicos, de gestão, demanda e cumprimentos das diretrizes curriculares; necessidade de melhoria e qualificação dos projetos pedagógicos; busca de melhor resultados nas avaliações externas; gestionar demandas de processos avaliativos dos cursos; encaminhar processos de alteração de Projetos Pedagógicos de Cursos; gestionar os processos de controle dos insumos constantes nos PPCs; atuar na organização e planejamento da distribuição da carga horária docente nos PPCs e interagir conjuntamente à CPA nos processos de Avaliação. Além dessas atribuições, cabe ao núcleo desenvolver, acompanhar e propor atividades relacionadas ao Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

Na elaboração do seu relatório, a comissão considerará o relatório de autoavaliação e outras informações da IES oriundas de outros processos avaliativos (dados derivados do Censo, do ENADE e dos relatórios de Avaliação Externa anteriores), bem como entrevistas e outras atividades realizadas.

O NAR corresponde à um setor especializado na Unochapecó que abrange os processos de ENADE, CENSO, Avaliações Externas, Reconhecimento, Renovação e Recredenciamento de Cursos e CPA.

Entendemos a avaliação do ENADE como compromisso institucional dentre todos os agentes do processo de ensino aprendizagem juntamente com o órgão de gestão como a Vice Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, o Núcleo Avaliação e Regulação da Instituição visa promover e desenvolver juntamente com a CPA diversas atividades dentre elas: conscientização dos estudantes sobre a importância da realização do exame, aplicação de provas e simulados como fomento e preparação, esclarecimento sobre o processo avaliativo bem como resultados e consequências.

8. CONSOLIDAÇÃO

A consolidação do processo de autoavaliação institucional da Unochapecó ocorre através da ampla discussão com a comunidade acadêmica, dos resultados obtidos, bem como da estruturação de um relatório que contemple todas as dimensões definidas pelo SINAES. Essa etapa ocorre por meio de eventos, reuniões e da divulgação no site institucional, conforme cronograma apresentado.

8.1 RELATÓRIO

O objetivo do relatório é consolidar todo o resultado do processo da autoavaliação, juntamente com a análise e interpretação dos dados e, se possível, com os resultados da avaliação de cursos e de ensino-aprendizagem, no período de 2016. Este é um importante instrumento para a tomada de decisão, sendo um relatório abrangente e detalhado, o qual contém, além das análises, críticas e sugestões que contribuem para a gestão da Universidade. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Essa diversidade de leitores exige a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados. Além disso, há sugestões de ações para promoção de melhorias de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica.

8.2 DIVULGAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação da Unochapecó organizará a divulgação de suas atividades através de: reuniões com as Diretorias, Coordenadores, Colegiados de Curso, estudantes, bem como com outras instâncias da instituição, para sensibilizar a todos dos objetivos propostos e do plano de ação de trabalhos, ajudando-os a entender as principais demandas que competem a CPA no processo de avaliação institucional. Conta-se, atualmente, com uma página eletrônica própria no site na instituição com as principais informações em relação a CPA e o trabalho que se desenvolve e pretende-se desenvolver; material publicitário voltado para a comunidade acadêmica como vídeos, banners eletrônicos e informativos via e-mail. Pretende-se realizar um Simpósio Annual, trazendo pessoas de renome para palestrar e dialogar assuntos de interesse com a comunidade acadêmica que possibilitem potencializar as ações da CPA e divulgar os principais trabalhos desenvolvidos.

8.3 BALANÇO CRÍTICO

O balanço crítico representa uma ferramenta adequada para mensurar o grau de apropriação da gestão universitária dos resultados dos processos avaliativos institucionais, especialmente em relação aos indicadores que apresentam fragilidades (pontos frágeis), apontados nos relatórios de autoavaliação. A análise dos resultados obtidos e das discussões abordadas permite observar um avanço da Instituição no que tange a autoavaliação, principalmente relativo às devolutivas para a comunidade acadêmica e a participação desta nas avaliações. Observa-se também que a CPA tem sido mais que um instrumento de avaliação e de solicitações, mas sim um espaço significativo, oferecendo sinalizações para que a Instituição explore e amplie suas potencialidades e esteja ciente das fragilidades inerentes ao crescimento. Além disso, percebe-se, também, uma evolução na sistemática de planejamento das ações apontadas pela comunidade acadêmica, conforme cronograma, o que permitirá concluir o ciclo de autoavaliação e garantir uma maior credibilidade deste processo perante docentes e discentes.

9 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras Providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 139, n. 72, p. 3-4, 15 abr. 2004. Seção 1.
- BRASIL. Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, v. 139, n. 132, p. 12, 12 jul. 2004. Seção 1.
- COMISSÃO Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- COMISSÃO Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES); INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: diretrizes e instrumento**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Roteiro de Auto-avaliação Institucional: orientações gerais**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- DEY, E. L.; FENTY, J. M. Avaliação em educação superior: In: SOUZA, E. C. B. M. (org.). **Técnicas e instrumentos de avaliação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- FRANCO, M. L. P. Avaliação de cursos. In: MACHADO DE SOUZA, E. C. B. (org.). **Avaliação de currículos e programas**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- GATTI, B. A.; LAWRENCE, J. H.; WALTMAN, J. Avaliação de disciplinas. In: SOUZA, E. C. B. M. (org.). **Técnicas e instrumentos de avaliação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Universidade, qualidade e avaliação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- SILVA, M.O. (org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.
- VIANNA, H. M. Avaliação educacional e seus instrumentos: novos paradigmas. In: SOUZA, E. C. B. M. (org.). **Técnicas e instrumentos de avaliação**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

10 ANEXOS

ANEXO 1 - Roteiro do Relatório Anual de Autoavaliação da IES.doc

ANEXO 2 - Roteiro da Autoavaliação do Curso de Graduação

ANEXO 3 - Roteiro de Análise do ENADE pela CPA

ANEXO 4 - Roteiro do Relato Institucional

ANEXO 5 – QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CURSO - DOCENTES

ANEXO 7 - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE CURSO - ESTUDANTES

ANEXO 8 - QUESTIONÁRIO DE ENSINO APRENDIZAGEM - ESTUDANTES

ANEXO 9 - QUESTIONÁRIO DE ENSINO APRENDIZAGEM - DOCENTES

ANEXO 10 - QUESTIONÁRIO PERFIL DO INGRESSANTE - ESTUDANTES

ANEXO 11 – QUESTIONÁRIO CONCLUINTE - ESTUDANTES

ANEXO 12 - QUESTIONÁRIO DE CLIMA ORGANIZACIONAL – FUNCIONÁRIOS

ANEXO 13 – ENQUETE DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU E STRICTO SENSU

ANEXO 14 – ENQUETE DE CURSO DE EXTENSÃO